

ATA N.º 10/2017:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2017:

No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores/as presentes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2017

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2017

PONTO 4 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2017

PONTO 5 – Atribuição da Medalha de Honra do concelho de Palmela 2017

PONTO 6 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2017

PONTO 7 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2017 – Associativismo e Cidadania

PONTO 8 – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

O **Sr. Presidente** refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo ponto que é enunciado no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

PROPOSTA N.º DADO 01_10-17:

«A 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 tem por objetivo a inscrição no Orçamento do saldo da gerência de 2016 e efetuar diversos ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro trimestre.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2016, no valor de 5.797.228,11€ (cinco milhões, setecentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e oito euros e onze cêntimos), e ainda, do valor transferido pela Autoridade Tributária proveniente da regularização de juros de mora de processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e IMT de 1.155.133€ (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e três euros), em conformidade com a FAQ aprovada na 61ª reunião do SATAPOCAL.

Efetuaram-se anulações no valor global de 1.981.877,00 € (um milhão, novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e sete euros), as quais incidem sobre as rubricas de transferências correntes e de capital provenientes de fundos comunitários, em consequência da redução do valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2017, devido à sua reprogramação física e financeira.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reposição de verbas utilizadas nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Alterações ao Orçamento;

- Alterações às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação inicial definida de 24,6 milhões de euros passam, após esta revisão, a dispor de uma dotação no valor de 31,6 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais:

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Instalações Municipais»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Informação/Comunicação», com inclusão de nova ação «Informação e Comunicação – Serviços Multimédia»;
- Reforço da dotação da ação «Atualização de Cartografia de Base Comum»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Sistemas de Informação»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Apoio à Atividade Municipal»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Projetos de Participação e Cidadania»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Corpos de Bombeiros»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Defesa da Floresta contra Incêndios», com inclusão de nova ação «Sistema de Vigilância contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida»;

Funções Sociais:

- Reforço das dotações de ações do projeto «Construção/Ampliação do Parque Escolar», com inclusão de nova ação «Instalações Temporárias»;
- Reforço das dotações de ações do projeto «Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI»;
- Reforço da dotação da ação «Ação Sócioeducativa e Pedagógica»;
- Reforço das dotações de ações do projeto «Ação Social Escolar e Transporte»;
- Reforço das dotações de ações do projeto «Serviços Individuais de Saúde»;
- Reforço da dotação da ação «Apoio a Instituições - Investimento (Ação Social)»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Infraestruturas de Arruamentos»;
- Reforço da dotação da ação «Serviços prestados pela Empresa Multimunicipal – ADLVT»;

- Reforço da dotação da ação «Ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Outras Intervenções (Saneamento)»;
- Reforço da dotação da ação «Ampliação e remodelação da rede (Água)»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Furos de Captação e Estações de Tratamento»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Outras Intervenções (Águas)», com inclusão de nova ação «Otimização de períodos de bombagem na zona piloto de Palmela»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos»;
- Inscrição de nova ação «Instalação de Ilhas Ecológicas»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços Verdes/Paisagismo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Conservação/Gestão e Animação do Castelo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Equipamentos Culturais»;
- Reforço da dotação da ação «FIG – Festival Internacional de Gigantes»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Associativismo e Animação Cultural», com inclusão de nova ação «Palmela Cidade Criativa da Música – Candidatura»;
- Reforço da dotação da ação «Transferências para as Juntas de Freguesia – Conservação de Espaços Desportivos Descobertos e EJR – Contratos Interadministrativos»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos», com inclusão de nova ação «Protocolos de Colaboração»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Associativismo Desportivo»;

Funções Económicas:

- Reforço da dotação da ação «Iluminação Pública - Consumo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Promoção da Eficiência Energética»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Melhorar a Rede Viária Rural», com inclusão de novas ações «Repavimentação da rua Helena Cardoso, Palmela» e «Pavimentação da rua dos Leandros, Lagoa do Calvo»;

- Reforço da dotação da ação «Manutenção, renovação e reforço de sinalização vertical»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Promoção Turística»;

Outras Funções:

- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Terrenos».

O total do Orçamento após a 1.ª Revisão é de 52.644.295,11 € (cinquenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e cinco euros e onze cêntimos) que representa um acréscimo de 10,43% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento de 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.»

Sobre a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 numerada DADO 01_10-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que hoje, propositadamente, não quis ir mais ao detalhe porque têm mais de uma dezena e meia de páginas com detalhe, mas reserva-se para as questões que as senhoras e os senhores vereadores queiram colocar. Mas, de uma maneira geral procurou ilustrar quais eram os reforços mais significativos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que como vai sendo hábito nas revisões, e não havendo alterações aqui das condições que ditam a abstenção, mais uma vez uma vez consideram que todas estas questões são inerentes a um orçamento no qual teriam tido opções diferentes e que com um evidente reforço de muitas das funções sociais. Portanto, abster-se-ão, tal e qual como no orçamento.

No entanto suscitou algumas questões a explicação do Sr. Presidente, nomeadamente, o reforço em relação às Juntas de Freguesia, em relação aos contratos interadministrativos, que de resto, acompanham até por filosofia própria portanto, não têm problema algum com isso. Acreditam na descentralização de competências, sobretudo se forem feitas com os devidos meios. E por isso estranha este aumento igual para toda a gente. Põe em causa se todas as Juntas têm a mesma taxa de execução, todas Juntas têm a mesma necessidade em relação ao que está contratualizado, todas juntas necessitam de mais 20%. Se sim, é uma coincidência, só porque o processo de avaliação é fechado e é rigoroso, portanto, um metro de passeio vem quantificado um metro de passeio. De maneira que, sendo um sistema rigoroso deveria transmitir diferenças de Junta para Junta, que não compaginam com um aumento igual para toda a gente. Devia haver aqui de forma vincada e de forma objetiva, necessidades diferentes para cada Junta, maior ou menor execução, maior necessidade, portanto, valores diferentes. Não há, de resto, por princípio, maior problema em que se aumente as transferências nos contrato interadministrativos para as Juntas e esse trabalho maior proximidade com os

munícipes. Pede esclarecimentos para o investimento de meio milhão de euros em terrenos, que vem aqui mencionado e que tem a ver com expropriações.

O **Sr. Presidente** refere que são terrenos necessários para várias obras. A Câmara tem um parque para fazer em Pinhal Novo na Rua Orlando Ribeiro, em que há necessidade de adquirir o terreno. A autarquia fez propostas e no fim o proprietário veio a revelar-se outra entidade. Na Avenida dos Bombeiros, também uma questão antiga, com a posse de terreno, atrás da escola número 2, que se confirmou e nos tribunais também já se confirmou o assunto que, não obstante, no passado não haver uma declaração de intenção de cedência, a propriedade é privada. Há também previsão em Quinta do Anjo de adquirir, se a Câmara conseguir negociar, terrenos necessários para um estacionamento, nas imediações do mercado. Há várias questões que necessitam. Na Ribeira da Salgueirinha, na obra está praticamente, salvo um caso ou dois, tudo escriturado, mas isso faz parte da obra, este ano é para outros.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que foi mencionada uma anulação no valor de 1.400.000,00€ que tem a ver com a consolidação da encosta. Isto não sendo uma responsabilidade direta da autarquia, questiona se tem a ver com prazos de execução ou se pelo facto de a obra ter ficado mais barata.

Acrescenta que as pessoas têm alguma confusão acerca das muralhas do Castelo, dizendo que a autarquia está a estragar o castelo, e que o castelo ficará branco e uma série de fantasias.

Questiona se as anulações em relação ao edifício PAL, ao Quartel-general e ao 25 de Abril têm a ver com ajuste de operação.

O **Sr. Presidente** responde que tem a ver com as candidaturas, pois elas só serão feitas a 31 de maio, portanto só depois disso é que terão as dotações.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que o tema do plano para as Grandes Opções do Plano para 2017 já foi debatido, com grande profundidade, por todas as bancadas. Já houve a oportunidade de explicitar a posição de cada um aquando da apresentação do plano por parte da maioria. Recorda que votou contra porque entendia que havia outras prioridades, mas, neste momento, não é o momento de repetir essa discussão que foi feita. Trata-se única e exclusivamente de incorporar o saldo de gerência de 2016. Neste caso, este ano há a novidade, que é a 1ª vez que acontece, que é a incorporação total do saldo. Nos orçamentos anteriores, não foi todo incorporado. Depois é a questão das multas e penalidades, que também acolhe com boas a sua incorporação.

Reitera que não vai repetir a discussão tida no passado, mas que sendo esta mera incorporação, abster-se-á, em consonância com o que votou relativamente ao plano de atividades e às grandes Opções do Plano para 2017.

Esclarece que votou contra porque estavam em causa opções políticas. Aqui é uma mera operação contabilística e, portanto, não vai votar favoravelmente porque votou contra, mas

abster-se-á porque registou que se trata única e exclusivamente de uma mera operação contabilística.

O **Sr. Presidente** refere que não é uma mera alteração contabilística, é o exercício de opções políticas. Portanto, percebe o posicionamento do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, relativamente às Grandes Opções do Plano, mas depois não será lícito dizer-se que a obra está feita que também concordou com a obra porque votou contra tudo, e aqui absteve-se, portanto, as obras que vão acontecer depreende que não têm o apoio do Partido Social Democrata. A questão é esta, é que aqui, de facto, são obras necessárias e reclamadas pela população do concelho, mas pronto, essa é contradição.

Em relação às questões que foram colocadas sobre as Juntas de Freguesia pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, responde que percebe o raciocínio e ele é oportuno, porque permite esclarecer. Tal como referiu, há aqui em média, um acréscimo de 20%, mas não é para todos os acordos de execução e contratos interadministrativos. Apenas para a conservação das escolas básicas e jardins-de-infância, espaços de jogo e recreio e polidesportivos porque, de facto, os estabelecimentos de ensino que a Câmara tem construído ao longo destes anos e outros que está a construir, muitos deles têm hoje necessidades de conservação muito mais especializadas. Hoje, uma torneira, a Junta não pode ir comprá-la numa drogaria qualquer, do modelo que entende e colocar naquele lavatório ou naquela casa de banho. A aquilo tem um projeto, tem equipamento, tem marcas e é obrigada a repor igual. Por outro lado, aumentou a especificidade: hoje uma Junta reparar, até em termos elétricos, algumas instalações, algumas peças, houve necessidade de também clarificar quem é que repara hoje uma máquina de lavar louça numa escola com refeitório. A Câmara teve que tipificar e perceber também que os materiais, muitos deles, em particular, estes mais específicos, aumentaram e os protocolos há uns anos foram feitos com um valor médio de uma porta, um valor médio do metro quadrado de pintura, e tudo isto hoje teve de ser revisto. De facto, as Juntas já precisavam deste acréscimo há alguns anos. A autarquia tinha a intenção de o fazer nos últimos 3-4 anos, mas se os orçamentos minguaram também as descentralizações para as Juntas não puderam aumentar, e nalguns casos também minguaram um bocadinho.

O mesmo com os espaços de jogo e recreio e polidesportivos. Ao analisar o protocolo pode verificar-se o que estava. No passado era varrer uma vez por semana, substituir um parafuso, substituir uma rede de uma baliza; mas hoje, um equipamento de jogo e recreio tem uma complexidade e tem um nível de preocupação de segurança, que obriga às vezes, à substituição integral da rede de escalada. Há que admitir que as Juntas estavam ali muitas vezes para fazer um bom trabalho e muitas não conseguiram fazer, porque tinham que pôr recursos próprios, numa competência que está descentralizada. Acrescenta que este aumento vai ter efeitos retroativos a janeiro, porque para poder exigir mais das Juntas, também é necessário dar-lhes mais algumas condições.

Esclarece que a Junta de Pinhal Novo não recebe apoio para conservar o espaço José Maria dos Santos, que é seu, mas ao tomar conta de um espaço de jogo e recreio num novo loteamento no Monte Novo, aqui ou acolá, esse já é.

Por outro lado, a discriminação em função dos níveis de execução, está a ser exercida e está a ser avaliada, mas sobretudo para aquelas competências que são mensuráveis pelo número de metros quadrados de calçada feitos a mais ou a menos, pelos quilómetros, pelas passagens da máquina niveladora se passa a mais ou a menos. A Câmara, às vezes, também discute com as Juntas, e também aprova os mapas que, com maior legibilidade permite controlar melhor aquilo que é efetivamente feito. Portanto, garante que essa discriminação continuará a ser exercida. Ainda não houve Juntas que tivessem que repor dinheiro, e espera que o não tenham de fazer, pois ele é sempre insuficiente. A Câmara é que tem tido oportunidade de vez em quando de trazer aqui propostas para algum reforço. A última afinação que foi feita e que foi aprovada aqui por unanimidade, até dos metros por ano de algumas intervenções, tem-se revelado, na média, o adequado; quando houver uma excecionalidade tem de ser discutida.

Sobre a questão do Castelo, com efeito agradece a questão até para poder fazer alguns esclarecimentos publicamente. As muralhas são propriedade da Direção-Geral de Tesouro e Finanças. O município tem o trabalho que é conhecido, no âmbito da monitorização do estado das muralhas desde 2001-2002, várias vezes envolvendo o LNEC no diagnóstico, para a apresentação de soluções. Para as questões mais complexas e eu diria às vezes até um bocadinho dramática, a autarquia conseguiu a candidatura cuja obra está hoje plasmada no plano e orçamento, das encostas do castelo, que é uma obra de intervenção ambiental, estrutural no morro de Palmela, para garantir que aquela edificação e que aquele monumento nacional, ali possa persistir durante muitos anos. Tem um equipamento de alojamento turístico, é um espaço muito visitado, sujeito a enorme pressão também durante muitos eventos. Portanto, a autarquia conseguiu esta candidatura ao POSEUR e conseguiu que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças pagasse os restantes 15%, porque, de facto, o monumento é da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Mas essa obra, não tem nada que ver com aquilo que foi realizado recentemente (este é o 1º esclarecimento), porque essa obra, a câmara vai ter oportunidade até de apresentar o projeto durante a semana Palmela, para se perceber o tipo de obra, que vai também depois mais tarde intervir na zona da antiga piscina, no reforço das muralhas com outras estruturas em baixo, não é na muralha. Tem sido enorme o engenho e o trabalho do LNEC e a firma da especialidade na construção da solução de reforço do morro, das encostas, etc. O que ali aconteceu é que havia um pano na muralha 3, que de mês para mês, se ia desmoronando. A Câmara nunca fez disso grande alarido, mas quem se desloca com frequência ao Castelo apercebia-se. A Câmara, e muito bem, chamou a atenção da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para intervir, pois é uma obra da sua responsabilidade.

A Direção-Geral não tinha verba para o efeito e disse que tem biliões de investimentos para fazer noutros locais, para não contar com isso, ao que a Câmara decidiu optar por uma obra

coerciva. Felizmente, no final não foi preciso isso. A fechar já o orçamento do ano, a autarquia teve uma resposta de que deveria o município avançar para a empreitada, pois a Direção-Geral do Tesouro e Finanças pagaria até ao limite. Agora o município geriu procedimento, mas teve que fazer um caderno de encargos aprovado pela Direção-Geral de Tesouro e Finanças e pela Direção-Geral do Património Cultural. Depois, como manda a lei, houve acompanhamento de firma especializada em acompanhamento arqueológico e técnicos de conservação e restauro, e o projeto que foi apresentado à câmara, para a câmara lançar, previa um reboco parcial, que já havia numa fase. Qual não é o espanto quando, em obra, que tinha acompanhamento desta firma contratada para o efeito e acompanhamento da Direção Geral do Património Cultural, depois de algumas intervenções feitas de enchimento, de limpeza, tirar infestantes, de encherem as frestas com materiais, com inertes que tinham de ser também daquela qualidade, alertam que quando vier chuva, vai tudo ficar na mesma. O senhor da Direção Geral do Património Cultural, que é um técnico respeitado, disse que a solução seria aquela e deu ordem para ser executada daquela forma. Garante, publicamente, que os técnicos da Câmara, em particular os da área do património, ficaram furibundos e espernearam. Todos foram apanhados de surpresa por essa decisão. Não é uma solução que o município advogou ou esteja comprometido com ela, pelo contrário, pois fez saber, em devido tempo, que não concordava e que se devia ter estudado outra solução. Não sabe como é que aquilo vai ficar com a intempérie, com o tempo, se vai ou não escurecer; mas ainda assim fica aqui o registo, que isto não é caso único no país, no mundo e até no castelo de Palmela que tem ali várias zonas já intervencionadas. É uma experiência de aprendizagem e há razões que às vezes se sobrepõem. Enfim, é esta a explicação que pode dar neste momento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores António Braz, Pedro Taleço, Maria Justino e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Os/a Srs./a Vereadores/a do PS apresentam declaração de voto (Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Maria Justino) que se transcreve em seguida.

DECLARAÇÃO DE VOTO

"A Vereadora e os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, na proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

Tratando-se da 1.ª Revisão a um Orçamento em que os Vereadores e a Vereadora do Partido Socialista se abstiveram considerando que as opções em muitas das funções sociais da autarquia seriam claramente diferentes, infere-se que deve ser a maioria a assumir alternativas decorrentes da gestão do Orçamento."

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2017.

PROPOSTA N.º GAP 01_10-17:

«Conforme o disposto no artigo 24º do regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Serviço Prestado destina-se a galardoar os trabalhadores e trabalhadoras que, cumprindo determinado período de carreira - 15, 25 e 35 anos – tenham revelado, no exercício do seu cargo, assiduidade e comportamento exemplar, devendo, de acordo com o artº 27º do mesmo diploma, ser entregue em cerimónia solene, de preferência realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 1 de junho, Dia do Concelho.

Tendo em consideração a listagem relativa à contagem do tempo de serviço e as informações complementares fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos e Organização **propõe-se**, nos termos do artigo 26º do referido Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado aos trabalhadores abaixo mencionados, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (35 anos de serviço prestado)

- António Manuel Pires Rodrigues
- João José Gomes Dupont Sousa
- João Manuel Gaboleiro Romão
- Joaquim João Santos Palma
- Luís Manuel Campos Vaz Pereira
- Mário Fernando Cruz Gonçalves
- Vítor Manuel Contente da Costa

Medalha de Grau Prata (25 anos de serviço prestado)

- Américo José Ferreira da Tia
- António Joaquim Sá Gonçalves Henriques
- Isabel Maria da Silva Conceição
- Jorge Manuel Lampreia Patrício
- Maria do Carmo Ferreira
- Maura Gonçalves dos Santos

Medalha de Grau Cobre (15 anos de serviço prestado)

- Amélia de Jesus Fonseca Curraleira
- Ana Cláudia de Sousa Neto
- Ana Cristina Monteiro Moreira

- Ana de Jesus Mendonça Moreira
- Ana Maria Grazina Cruz
- Ana Paula Rolo Bolinhas
- Ana Sofia da Silva Carmo Camolas
- Anabela Baptista Tavares
- Anabela dos Santos Henriques e Sousa
- Antero Manuel Costa Casaca
- Carla Alexandra Lopes Macide Pernas
- Carla Alexandra Lopes Martinho
- Carlos Pedro Mestre dos Santos
- Cátia Marisa Aleixo Gomes
- Custódio Manuel Fernandes Pagaime
- Domingos Jaime da Silva Portel Barrocas
- Élia Maria da Silva Filipe Galo
- Elsa Maria Barrocas Cipriano
- Elsa Maria Beja Vieira
- Evelina Maria Barbado Balão de Jesus
- Francisco Manuel Martins Ramalho
- Hugo Alexandre Pereira Dias de Almeida
- Inês de Lurdes Tenório Teixeira Calhordo Brejo
- Irina Victorovna Svetlitchnaia Pereira
- Januário Manuel Caeiro Coelho
- João Carlos Martins da Silva Coelho
- João Paulo Duarte de Niny Mestres
- João Pedro Fonseca de Sottomayor
- José António Botelho Borges
- José Carlos Ferreira da Silva
- José Manuel Beira Ratinho
- José Maria da Conceição Carolino
- Lina Maria Branco Marçalo
- Luís Manuel Bonito de Carvalho
- Luís Manuel Nunes Antão
- Maria Amélia da Silva Batista Correia
- Maria da Conceição Cleto Moraes
- Maria da Luz Conceição Silva
- Maria de Fátima Tavares Lopes
- Maria Felisberta Santos Meseiro
- Maria Helena Miranda de Sousa Ramos

- Maria Isabel Gancha Ameixa Silva
- Maria Júlia Horta Vicente
- Maria Luísa Paciência Silva Santos
- Maria Manuela Jesus Mares
- Maria Margarida Pereira Tavares
- Mariana Rosário Almeida Alves Dâmaso
- Mónica Rita Silva Soares Dias
- Mónica Sofia Carrega Loureiro Bronze
- Patrícia Alexandra Tavares Nobre Franco
- Patrícia Leonor de Andrade Soudo
- Pedro Miguel Martins Carolino
- Rogério Vitor Amaral Pacheco
- Rui Miguel Grilo Felicíssimo Duarte
- Sofia Bela Martins da Rocha Pereira
- Sofia Lourenço Pires dos Santos
- Susana Isabel Horta Martins
- Susana Maria Espada Gonçalves
- Teresa Isabel Chula Santos
- Teresa Susana Almeida de Melo Sampaio.»

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2017 numerada GAP 01_10-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** chama a atenção para o facto do texto da proposta dizer que a cerimónia se irá realizar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, quando deveria, presumivelmente, ser no Cine-Teatro.

O **Sr. Presidente** refere que isto já foi explicado no passado. Isto é a transcrição daquilo que está no regulamento, mas pensa que não será possível exercer essa preferência, porque as condições e a obra não o permitem.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2017.

PROPOSTA N.º GAP 02_10-17:

«Conforme o disposto no artigo 19º do regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Dedicção destina-se a galardoar os trabalhadores e trabalhadoras que, no cumprimento dos seus deveres – se tenham revelado e distinguido, exemplarmente, pelo zelo, competência, decisão, espírito de iniciativa e dedicação.

Deste modo, **propõe-se:**

Nos termos do artigo 21º do Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Dedicção – Grau Ouro, aos seguintes trabalhadores e trabalhadoras, cuja fundamentação se anexa:

Isabel Maria da Silva Conceição

Fernanda Maria Pereira Rôlo

Luísa Cristina Frutuoso Lopes

Luís António da Costa Benzinho

Isabel Maria da Silva Conceição

Iniciou o seu percurso profissional na Câmara Municipal de Palmela a 3 de outubro de 1991, com a categoria de Técnica Superior Assessora, através de uma transferência da Câmara Municipal de Sesimbra. A 15 de novembro de 1991, assume o primeiro de muitos cargos de chefia sendo nomeada, Chefe da Divisão de Informação e Relações Públicas, através de uma Comissão de Serviço. Em outubro de 1992, assume o cargo de Diretora do Departamento Sociocultural.

A partir de 21 de fevereiro de 1996, assume o cargo de Diretora do Departamento de Desenvolvimento Económico e Turismo, área a que incute grande dinâmica até abril de 2002, estando ligada às primeiras edições de eventos como o Festival do Queijo, Pão e Vinho e a Mostra de Vinhos em Fernando Pó. Em 2007, é chamada a assumir novas funções, neste caso como Diretora de Projeto (equiparada a Chefe de Divisão) do Gabinete de Participação e Ação Local. Em maio de 2012, foi nomeada adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência. Integrou o grupo de trabalho para os processos de delimitação administrativa das freguesias em novembro de 2007.

Atualmente integra o Gabinete de Apoio à Presidência, coordena o Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento e preside à Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal – ADREPES.

Foi condecorada com a Medalha Municipal de Serviço Prestado – Grau Cobre – em 1 de junho de 2007.

Esta vasta e diversificada experiência profissional no âmbito da Câmara Municipal de Palmela, aliada a um profundo conhecimento da organização, e à sua atitude disponível e proativa, têm-lhe permitido dar um contributo inestimável à organização granjeando-lhe o reconhecimento profundo das equipas que liderou, nas mais diversas funções, dos colegas e superiores hierárquicos, sendo merecedora pela sua dedicação e compromisso para com o serviço público, de receber a Medalha de Dedicção, Grau Ouro.

Fernanda Maria Pereira Rôlo

Iniciou as suas funções na Câmara Municipal de Palmela em 2 de janeiro de 1989 na área sociocultural. Em 1994, foi integrada na carreira como Técnica Superior Estagiária. Em 1996, assume a chefia da Divisão de Educação. Em 1998, é promovida a técnica superior de 1ª classe e assume a Chefia da Divisão de Ação Cultural.

Em 2000, passa a Diretora de Departamento Municipal de Educação e Intervenção Social. Em 2014, no âmbito da reestruturação orgânica, assume o cargo de Chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social.

Foi condecorada com a Medalha Municipal de Serviço prestado de Grau prata em 1 de junho de 2014.

Integra a Comissão Coordenadora do Projeto Palmela Saudável desde 2004.

Fernanda Rôlo merece o respeito e a admiração da equipa com quem trabalha, sendo reconhecida por colegas e chefias como excelente pessoa, de personalidade forte e de relacionamento afável.

Ao longo da sua carreira profissional, tem demonstrado uma invulgar consciência da relevância das suas tarefas, do impacto que têm para a qualidade de vida dos munícipes, sobretudo na área da Educação.

Pela sua dedicação, zelo e compromisso para com o serviço público, a trabalhadora Fernanda Maria Pereira Rôlo é merecedora de receber a Medalha de Dedicação, Grau Ouro.

Luísa Cristina Frutuoso Lopes

Iniciou o seu percurso profissional na Câmara Municipal de Palmela em 6 de outubro de 1986 exercendo funções de escriturária dactilógrafa.

Foi integrada na carreira de oficial administrativa- categoria de Terceira Oficial em 2 de janeiro de 1989 e promovida a Segunda Oficial em 1996. Em 2001, foi promovida à categoria de Assistente Administrativa Especialista. Desde fevereiro de 2003 que presta apoio às Reuniões da Câmara Municipal, função que tem exercido com grande profissionalismo e que lhe mereceu um voto de louvor por deliberação de câmara de julho de 1987. Foi Condecorada com a Medalha Municipal de Serviço Prestado de grau Prata em 01 de junho de 2012.

Nas diversas vertentes do seu trabalho evidencia-se sempre pelo elevado grau de autonomia, qualidade e fiabilidade, contribuindo muito positivamente para a correta instrução e decisão nos processos e matérias em que participa, nomeadamente no apoio que presta às reuniões de câmara.

De modo constante, responde com disponibilidade e eficácia às mais diversas tarefas, incluindo em situações de urgência ou que convoquem capacidade de adaptação da trabalhadora a novos contextos.

O profissionalismo demonstrado e a permanente motivação para o trabalho, decorridas quase quatro décadas de vínculo a esta autarquia, posicionam Luísa Cristina como uma referência na organização, credora do reconhecimento da excelência dos serviços prestados no seu já longo trajeto profissional.

Pela sua dedicação, zelo e compromisso para com o serviço público, a trabalhadora Luísa Cristina Frutuoso Lopes é merecedora de receber a Medalha de Dedicação, Grau Ouro.

Luís António da Costa Benzinho

Luís António da Costa Benzinho começou a trabalhar na Câmara Municipal em 2 de novembro de 1987, com funções equiparadas a Engenheiro Técnico Civil de 2.ª classe. Atualmente é trabalhador do mapa de pessoal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, integrado na carreira/categoria de Técnico Superior, encontrando-se provido no cargo de Dirigente de 2º Grau, da Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas, em regime de substituição.

Integrado no mapa de pessoal desde 1988, em março de 1992 veio a ser nomeado Chefe de Divisão de Águas, em regime de comissão de serviço.

Desde essa altura, há 25 anos portanto, exerce funções de dirigente nos serviços do município.

De 1992 a 1996 foi chefe da Divisão de Águas; de 1996 a 2007 foi chefe da Divisão de Águas de Abastecimento e Residuais; de 2007 a 2013 foi Diretor de Projeto equiparado a chefe de divisão do Gabinete de Planeamento e Controlo de Qualidade de Infraestruturas e, a seguir, Chefe de Divisão de Planeamento e Controlo de Qualidade de Infraestruturas. Em janeiro de 2014 foi nomeado em cargo de direção intermédia de terceiro grau para o dirigir o Gabinete de Estudos Projetos e Empreitadas; e em abril de 2016 foi nomeado chefe de Divisão de Estudos Projetos e Empreitadas em Regime de Substituição, cargo que neste momento exerce.

Para além das funções de dirigente, o Eng.º Luís Benzinho foi várias vezes interlocutor em instituições que operam no domínio das infraestruturas e manteve sempre funções técnicas de apoio às respetivas equipas.

O seu trajeto profissional está intimamente ligado ao esforço de infraestruturização do território e de qualificação das infraestruturas, programadas e executadas por iniciativa do município ou por ação de terceiros.

A trabalhar durante muitos anos no domínio das águas, de abastecimento e residuais, o Eng.º Luís Benzinho adquiriu um conhecimento profundo do território, dos seus recursos a preservar

e valorizar, bem como das infraestruturas construídas - das captações, às redes de distribuição e estações de tratamento.

Exigente, aprofundou sistematicamente os seus conhecimentos técnicos e práticos, conseguindo, no terreno, ao lado das equipas que dirigiu, encontrar soluções para problemas por vezes complexos, mesmo em cenários de grande limitação de recursos.

Frontal, comunicativo, de bom trato, o Eng.º Luís Benzinho tem tido a capacidade de estabelecer pontes e trabalhar com todo o tipo de pessoas, quer dentro, quer fora da organização, granjeando o respeito de todos e conseguindo trazer eficácia à organização. Durante todos os anos em que tem exercido funções dirigentes, tanto pudemos e podemos encontrar o Eng.º Luís Benzinho a intervir no terreno, como no trabalho especializado de gabinete. Porque ao longo da sua carreira, e mesmo estando no topo da mesma, o Eng.º Luís Benzinho manteve uma evidente vontade de adquirir novos conhecimentos e de se formar, sistematicamente, mesmo em domínios que lhe eram menos familiares, procurando, para si e para as equipas que dirigiu e dirige, a melhoria contínua ao serviço da comunidade.

Dotado de inegável sentido de missão, o Eng.º Luís Benzinho tem estado sempre disponível para os desafios que o município lhe tem apresentado, dedicando-se ao município, no cumprimento e superação de objetivos, com inegável sentido de serviço público, que interiorizou como uma causa de vida, sendo merecedor de receber a Medalha de Dedicção, Grau Ouro.»

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2017 numerada GAP 02_10-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que, de uma maneira geral, são pessoas que integram esta grande equipa do município há muitos anos. Fizeram percursos por várias unidades orgânicas. São reconhecidos pelos seus pares, o que é muito importante. A deliberação é do executivo, mas são reconhecidos pelas pessoas que com eles e com elas trabalham, ao seu lado, quer com superiores quer com outros na hierarquia. São pessoas que estiveram sempre disponíveis para assumir desafios, nos momentos mais difíceis, cargos de direção, de coordenação, de chefia, às vezes até sem a devida remuneração, mas por dedicação ao serviço público e por dedicação em particular a este município. A câmara considera que a doutora Isabel Conceição, a doutora Fernanda Rolo, a Luísa Cristina (quantas vezes a suas atas também são elogiadas, sendo que há outros colegas a fazê-las também, mas o cuidado e o zelo que coloca nesta tramitação de montes de documentos de relevante importância no município. Está logo às 8 da manhã à espera do Sr. Presidente para assinar e corrigir coisas). Zelo, dedicação, é isto que acaba por justificar estas propostas. O engenheiro Luís Benzinho, que nem sabe desta proposta porque está de férias, é também um colega que tem tido várias responsabilidades no município, e até na relação com outras entidades externas na área das infraestruturas, sejam entidades da tutela, sejam grandes empresas. A grande infraestruturização do território, desde os anos 80, para não falar na 1ª que foi feita, mas ainda não estava cá, com muita dedicação e

generosidade; nas primeiras ligações de água e outras, mas já na fase do projeto, da visão estratégica do território, da infraestruturação, os contactos com as CCDR, com a Agência Portuguesa do Ambiente, INAG, enfim, ainda hoje em todo o lado, toda a gente conhece este trabalhador, este membro da equipa.

Não vai ler isto tudo mas garante que ficou muito contente quando, da reflexão produzida pelos serviços, vieram propostas e algumas delas propostas de trabalhadores que habitualmente não estão envolvidos nesta reflexão. Foi interessante que quando souberam que estava a ser solicitada à estrutura que propusesse nomes, que justificassem, houve gente que até na hierarquia estão subordinados, sem sentido pejorativo, a algumas destas chefias, que foram os/as próprios/as trabalhadores/as que propuseram.

Partilha isto para que percebam que se sente muito confortável com estas propostas, o único desconforto que tem é não ter conseguido ainda trazer aqui outras propostas de pessoas das áreas operacionais, porque isto requer tempo e também requer uma alteração ao regulamento, que será feita em devido tempo.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere, em forma de brincadeira, a Luísa Cristina, que não é chefia, é a única funcionária que tem um enquadramento diferente, e quer lhe seja atribuído o grau de platina ou diamante, que diferenciasse. Votarão a favor.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que concorda e votará favoravelmente. Os 4 trabalhadores merecem todos, de igual forma, a aprovação do mérito e da dedicação. Conhece 2 em particular: no caso da Luísa Cristina por força das funções desde que está aqui e aliás, curiosamente, nunca deixa um email por responder e tem sempre uma palavra de gratidão; e o engenheiro Benzinho que por força de outras funções já conheceu durante muito tempo e a 1ª vez até foi em tribunal em que ele foi testemunha da empresa da qual era advogado e ele saiu-se muito bem, dando uma preciosa ajuda não só à empresa como ao município e conseguiu evitar uma multa pesada. Em relação a estes 2 em particular porque tem trabalhado mais de perto com eles e acha que é importante quando as organizações reconhecem a dedicação que cada um dos trabalhadores têm para o sucesso da organização e, portanto, votará favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2017.

PROPOSTA N.º GAP 03_10-17:

«Conforme o disposto no artigos 29.º e 30º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Comportamento Exemplar destina-se a galardoar os

agentes dos Bombeiros Voluntários que se tenham distinguido, ao longo de período determinado, pelo zelo, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo – 15, 20 e 25 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro, sem sanções disciplinares, e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom.

De acordo com o artigo 32º, esta condecoração deverá ser entregue, de preferência, em cerimónia solene, no Dia Municipal do Bombeiro.

Tendo em consideração a listagem apresentada pelos Comandantes das Corporações de Bombeiros do Concelho, **propõe-se**, nos termos do artigo 31.º do referido Regulamento:

A atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar aos Bombeiros abaixo mencionados, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (25 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PINHAL NOVO

Pedro Miguel da Silva Costa

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS MISTOS DE ÁGUAS DE MOURA

Carlos Manuel Carapinha Guerreiro

Medalha de Grau Prata (20 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE PALMELA

António Francisco Rodrigues Prata

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PINHAL NOVO

Luís Gabriel Calheiros de Sousa

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS MISTOS DE ÁGUAS DE MOURA

César Manuel Malhã Monteiro

José Carlos dos Santos Rouxinol

Medalha de Grau Cobre (15 Anos):

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS MISTOS DE ÁGUAS DE MOURA

Ana Rosa da Silva Lopes Manuel

Virgílio Manuel Marques da Silva

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PALMELA
João Eduardo Almeida Lourenço
Francisco José Termentina Dotes.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º GAP 04_10-17:

«A Medalha de Honra do Concelho de Palmela é a condecoração mais importante do Município e constitui o reconhecimento público de serviços de excecional relevância prestados ao Concelho de Palmela por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras outorgando aos/às agraciados/as singulares o título de "Cidadão Benemérito ou Cidadã Benemérita de Palmela" e às entidades coletivas o título de "Benemérita de Palmela".

O Município pretende agraciar, com esta condecoração, em 2017, uma pessoa singular reconhecida pelo trabalho de uma vida em prol dos mais desfavorecidos que, no campo do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, revelou grande coragem e tenacidade, granjeando reconhecimento, a nível local e nacional.

Com esta proposta única de atribuição da Medalha de Honra do Concelho, pretende-se realçar uma personalidade, também ela ímpar, que marcou a vida nacional e, em concreto, a vida do Concelho de Palmela, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da comunidade e atenuando as desigualdades sociais.

A proposta distingue um Homem que, no seu campo de atuação, revelou qualidades exemplares e almejou fazer melhor e chegar mais longe pelo trabalho, pelo empenho individual, mas também pelo espírito de iniciativa, visão e capacidade de concretização de projetos nos domínios da Cidadania e Solidariedade Social, aliados a uma profunda e inata capacidade de empatia com os outros.

A Comissão Municipal de Condecorações, reunida a 18 de abril de 2017, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, a submeter a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Assim, **propõe-se:**

Ao abrigo do disposto no Artigo 5º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha de Honra do Concelho de Palmela** à seguinte personalidade:

Medalha de Honra do Concelho de Palmela

Eugénio José da Cruz Fonseca

Eugénio José da Cruz Fonseca, nascido em 1957, natural de Setúbal, casado, pai de dois filhos. Licenciado em Ciências Religiosas pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1987, foi nomeado Presidente da Direção da Cáritas Diocesana de Setúbal, cargo que exerceu até 2016. Hoje em dia, continua a ser Presidente da Cáritas Portuguesa.

Em 1991, por despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Administração Interna, publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º 101, de 3 de maio de 1991, foi nomeado para o Conselho Consultivo do Governador Civil de Setúbal, cargo que exerceu até 1994. Integrou o Observatório que avaliou os resultados da Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal (OID). Desde janeiro de 2007 preside à Assembleia Geral da Liga dos Amigos do Hospital de S. Bernardo, em Setúbal.

No Concelho de Palmela, enquanto Presidente da Cáritas Diocesana de Setúbal, contribui para o meritório trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de S. Pedro, localizado em Cajados. Esta IPSS, prosseguindo com a Missão da Cáritas, promove todo um trabalho de inclusão e combate às formas de exclusão e pobreza, incidindo sobretudo junto de crianças, jovens e desempregados de longa duração residentes naquelas comunidades. Presidente da Cáritas, a 17 de junho de 2015, Eugénio da Fonseca, assina o Protocolo de Cooperação com a Câmara Municipal de Palmela, na sequência da atribuição da Escola de Cajados ao Centro Comunitário de S. Pedro.

De origens humildes, como faz questão de realçar, o seu trabalho funda-se na convicção de que a pobreza não é uma inevitabilidade e que pode ser revertida através da criação de oportunidades e melhoria das condições de vida.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2017.

PROPOSTA N.º GAP 05_10-17:

«A atribuição da Medalha Municipal de Mérito do Concelho de Palmela constitui um reconhecimento público aos cidadãos e cidadãs e entidades que, pela sua cidadania e altruísmo, criatividade, esforço e valor artístico, inovação e trabalho contribuem para o desenvolvimento social, económico, cultural, desportivo e turístico da comunidade. São pessoas e instituições em que nos revemos e cujo valor e exemplo são uma referência.

O Município de Palmela pretende homenagear, este ano, personalidades e entidades que, pela sua atividade profissional, pela sua participação no movimento associativo, pelos projetos que

desenvolvem em áreas distintas, contribuem ou contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do Concelho de Palmela.

Estando 2017 assinalado como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas, a Câmara Municipal de Palmela propõe também o reconhecimento da atividade de um empreendimento turístico local que se rege pelos princípios da sustentabilidade contribuindo para a preservação da zona natural onde se encontra inserido.

A Comissão Municipal de Condecorações, reunida a 18 de abril de 2017, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, a submeter a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Assim, **propõe-se:**

Ao abrigo do disposto no Artigo 11º, nº 1 do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito** às seguintes entidades e personalidades:

ANIVERSÁRIO

Medalha Municipal de Mérito (Grau Cobre)

- Associação Carnavalesca Amigos de Baco
- Associação de Dadores de Sangue do Poceirão
- PIA - Projeto de Intervenção Artística
- TELA – Teatro Estranhamente Louco e Absurdo

ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- José António Guerreiro
- Ulisses Machado

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- António Alpendre
- Carlos Taleço
- Guilherme José Abreu Bettencourt
- Manuel Batista

CULTURA

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Luís Canguero

DESPORTO – PRÉMIO CARREIRA

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Simone Fragoso

DESPORTO

Medalha Municipal de Mérito (grau Cobre)

- André Rangel
- André Viana e Daniela Marreiros
- António Branco
- Bernardo Pereira
- Bruno Pessoa
- Escola Secundária de Pinhal Novo
- Filipa Rodrigues
- Joana Branco
- João Mário Anjos e Ana Clara Correia
- Leonor Medeiros
- Nuno Martins
- Paulo Gomes
- Pedro Neves e Sofia Oliveira
- Ricardo Ferreira
- Rodrigo Balseiro e Lisa Jesus
- Rui Narigueta
- Sérgio Ferreira
- Tiago Assunção

- Tiago Romão
- Jorge Miguel da Silva Caleira

ECONOMIA E COMÉRCIO TRADICIONAL

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- António Brinca
- António Pais Pereira – a título póstumo
- Eugénio Vale e Sérgio Vale – Loja de Adelino Matos do Vale, Lda.
- Horácio Simões
- José Manuel Fonseca Porfírio
- Maria Isilda Carvalho
- Restaurante Pérola da Serra
- Loja do Jaime em Cabanas

TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Medalha Municipal de Mérito (grau Cobre)

Biovilla, Sustentabilidade

ANIVERSÁRIO

A Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão foi formalmente constituída a 30 de abril de 1999, sendo atualmente representada pelo seu Presidente Sr. José Augusto Gomes Francisco. A principal razão que levou à constituição desta Associação foi a falta de apoio aos doentes por falta de sangue, quer na freguesia de Poceirão, quer nas freguesias vizinhas.

É uma associação que se destina “à dádiva de sangue a toda a comunidade sem qualquer distinção, bem como a prestar assistência a doentes em situação de emergência”. Esta Associação integra a Federação das Associações de Dadores de Sangue e é constituída por um grupo de voluntários. Fazem parte dos Corpos Gerentes 4 elementos da Assembleia Geral, 3 elementos do Conselho Fiscal e 7 elementos da Direção.

A Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão beneficia da cedência de 2 salas no Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão (antiga EB Poceirão 1), partilhando este equipamento com outras entidades com respostas sociais que prestam serviços de apoio à comunidade da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Esta entidade, promove neste equipamento, três ações de recolha de sangue por ano, assim como iniciativas de promoção/divulgação da sua atividade. O número de dádivas de sangue centra-se entre 50 a 60 por sessão. Estão previstas a realização de 3 sessões por ano, nomeadamente no 25 de Abril, no primeiro domingo de agosto e no primeiro domingo de dezembro.

Em 2016, promoveu a realização das Comemorações do Dia Mundial do Dador de Sangue 2016, iniciativa de âmbito nacional, realizada no Poceirão, tendo envolvido a colaboração de várias entidades, designadamente a FEPODABES, Câmara Municipal de Palmela, União das Freguesias de Poceirão e Marateca, Associações de Dadores de Sangue com representação no Concelho de Palmela e Movimento Associativo Concelhio.

A PIA Projetos de Intervenção Artística, surge em maio de 2002 em Pinhal Novo, enquanto plataforma profissional direcionada para as Artes Performativas de Rua. De carácter multidisciplinar, as suas criações abordam o Teatro Físico, enquanto a linguagem corporal como movimento primordial e base para a dramaturgia, construindo formas compreensíveis ao imaginário coletivo; o Novo Circo recorrendo de forma singular com noção e perfeito domínio de técnicas aéreas, em especial as Andas; a Plasticidade Estética que explora o conceito da Instalação, na sua capacidade de transformação e perceção do espaço público, efemeridade num lugar, que lhe permita absorver as singularidades, tornando-a por um lado única nos diferentes meios onde passa, mas ao mesmo tempo com diferentes significados a partir da sua essência e do que ela desperta em quem a vê. Direcionando as suas obras para o Espaço Público como escolha (e não necessariamente uma ausência de alternativa), a PIA assume a RUA como um "estado de consciência", um "palco" por excelência, pela sua mais direta forma de alcance de um processo artístico junto das populações, uma vitalidade às relações sociais, onde são possíveis outras ligações, através da integração de arte, onde, à primeira vista não há nenhuma, que torna possível a proximidade e acessibilidade do público às artes, e alcançável, o trabalho desta companhia, a qualquer cidadão do mundo, independentemente de divisões sociais, raciais ou religiosas. Desde 2007 integra, como Parceira e no aconselhamento à programação, o FIG - Festival Internacional de Gigantes, um festival inédito de Formas Animadas tradicionais, de cruzamento entre as artes tradicionais e as expressões artísticas mais contemporâneas. É responsável desde 2008 pela Direção Artística do CIÊNCIA NA RUA Festival Internacional de Ciência e Arte, organizado pelo Centro de Ciência Viva de Estremoz, como um evento único que promove o cruzamento de linguagens artísticas e científicas, transformando anualmente a cidade de Estremoz num palco aberto à experimentação e criatividade, fundamentando, inspirando e melhor dando a conhecer os processos científicos, através do Universo do Imaginário.

Ambos os festivais reconhecidos recentemente com o Selo de Qualidade EFFE Europe For Festivals | Festivals For Europe.

Com mais de 14 anos de existência, o trabalho da companhia é fundamentalmente marcado pelos diversos projetos a que, mais de 100 artistas e técnicos, deram vida, e com o seu excelente trabalho, os passaram do esboço à realidade. Estes projetos performativos já passaram por diversas "ruas" na Europa, Ásia e América do Sul, sendo estas mais de 200 distintas regiões nacionais e internacionais, que contribuíram e influenciaram fortemente, o contínuo crescimento e solidificação deste coletivo. Deste seu percurso internacional destacam-se a participação no Festival Iberoamericano de Teatro de Bogotá (Colômbia); o Kotor International Theater Festival for Children onde recebeu pela ASSITEJ MONTENEGRO International Association of Theaters for Children and Young People, a Menção Especial pela relevância artística do projecto PASSAGEM e novo patamar de sensibilidade alcançado; o FETA International Street and Open-Air Theater Festival of Gdansk (Polónia), onde recebeu por Anna Jazgarska a crítica de melhor espectáculo da edição de 2014 do festival na Magazine de Teatro e Performance Teatralny.pl; o Convite em 2011 e 2013 pelo Instituto Cultural de Macau para a criação de um Espetáculo com entidades locais nas Comemorações de Entrega de Macau à China; entre muitos outros.

O TELA – Teatro Estranhamente Louco e Absurdo de Águas de Moura mantém uma atividade regular, desde 1995, com a estreia de um espetáculo por temporada. A par da sua atividade teatral regular, o grupo tem participado sempre em atividades promovidas pela autarquia como a Queima do Judas, o FIG – Festival Internacional de Gigantes, ou as Comemorações do Dia Mundial do Teatro e tem mostrado disponibilidade para a itinerância pelo concelho, assim como para a deslocação a Braga, representando o concelho de Palmela, por ocasião do Encontro Internacional de Gigantes e Cabeçudos.

O TELA é um dos parceiros centrais do Município na dinamização e programação do Centro Comunitário de Águas de Moura.

A importância do grupo na descentralização do teatro em zona rural é de grande relevo participando intensamente em projetos comunitários nesta zona do Concelho como é o caso das Noites Na Fonte, em Águas de Moura ou as Serenatas no Poceirão.

Com equipa renovada O TELA atravessa um período de grande dinâmica com a criação de novas iniciativas no contexto local, com o empenho na itinerância dos seus espetáculos e de inter-relacionamento com os restantes grupos de teatro do Concelho.

ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

José António Guerreiro

Ferroviário de profissão nas oficinas do Barreiro, tem um percurso ímpar no associativismo de Pinhal Novo: foi membro de várias direções da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo e da Sociedade Filarmónica União Agrícola. Foi membro fundador da Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, e da Associação dos Amigos da Festa Brava - Pinhal Novo.

Colaborou nas Festas Populares de Pinhal Novo desde a primeira edição e foi ainda fundador do Núcleo de Árbitros de Pinhal Novo, o segundo mais antigo do país, tendo desempenhado também a função de árbitro de futebol e de dirigente do Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Setúbal.

Prestigiado Autarca, integrou a Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo em dois mandatos, e foi secretário do executivo desta autarquia nos mandatos de 1983-85 e 1994-1997.

É membro da Associação dos Lares Ferroviários, atualmente membro suplente da direção, destacando-se pelo impulso e contributo que deu para a construção do Lar dos Ferroviários em Pinhal Novo.

Ulisses Caetano d'Oliveira Machado

Nascido a 7 de maio de 1931, iniciou a sua atividade profissional ainda jovem na empresa de panificação propriedade da família e, mais tarde, após os estudos, exerceu a sua atividade profissional ao nível administrativo em empresas como a Adega Cooperativa de Palmela e José Maria da Fonseca, entre outras. Enquanto empreendedor, teve a sua atividade como empresário estabelecido na vila de Palmela, bem como durante um longo período de tempo membro da gerência da então Sociedade Panificadora Palmelense. Ao nível do associativismo, deste cedo fez parte com grande dinâmica no movimento associativo de Palmela, com uma vida de dedicação ao mesmo. Assim, além de praticante, foi presidente do Palmelense Futebol Clube, membro do corpo dos bombeiros e também diretor dos Bombeiros Voluntários de Palmela, cofundador das Festas das Vindimas, por diversas vezes diretor e membro dos corpos sociais da Sociedade Filarmónica Humanitária, estando no lançamento do Conservatório Regional de Palmela, diretor do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, corpos sociais da associação de Idosos de Palmela e da Santa Casa da Misericórdia de Palmela onde, ainda hoje faz parte da Mesa da Assembleia Geral.

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

António Albino Alpendre Santos Sousa

Nascido em 1954, reside em Palmela, na Freguesia de Quinta do Anjo, casado, pai de três filhos.

Tem uma especialização em Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Preside deste 1992, até à presente data, à Direção do Centro Social de Quinta do Anjo.

O seu nome é amplamente reconhecido pelos seus pares, sendo o Centro Social de Quinta do Anjo uma entidade de referência no que diz respeito à inclusão social, ao cuidado de crianças, famílias e pessoas idosas.

António Alpendre é o rosto de uma instituição com um percurso firmado no que diz respeito aos apoios sociais nas suas diferentes vertentes, assim como ao apoio social em situações de emergência. Ao nível das redes locais de apoio, o Centro Social de Quinta do Anjo, sob a Direção de António Alpendre, apresenta-se indubitavelmente como uma instituição de primeira linha no apoio social, liderando há longa data várias causas que visam a inclusão social, e o combate a todas as formas de exclusão e pobreza.

Na sua vida pessoal e profissional, outras funções assumidas atestam um percurso de vida dedicado às causas sociais:

Coordenador da REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza - Núcleo Distrital de Setúbal, função que cessa no início de 2017;

Preside à União Concelhia das IPSS de Palmela até à presente data;

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da COOPHANJO;

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Comissão de Festas de Quinta do Anjo

Integra o Conselho Consultivo da Caixa Agrícola

Integra, no atual mandato de 2015-2018, os Corpos Sociais da União Distrital das IPSS de Setúbal.

Carlos Marques Taleço

Nascido em 1951, casado, com três filhos, reside em Palmela, na freguesia de Pinhal Novo. É Licenciado em Engenharia Técnico Química Laboratorial e Industrial pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Portugal e em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Portugal.

Na área das Ciências da Educação, concluiu o Curso Superior Especializado em Ciências da Educação – Administração Escolar da Universidade do Minho e o Curso Superior Especializado de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Évora.

Presidente do Conselho de Administração da Fundação COI, contribui, no decurso de três décadas, para a afirmação da Fundação COI enquanto IPSS de referência na concessão de bens e na prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária.

No decurso da sua vida profissional lidera processos ao nível da cooperação, no âmbito nacional e internacional.

É representante da Fundação COI no Centro Português de Fundações; Presidente da Mesa de Assembleia Geral da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal –

UDIPSS de Setúbal; Vice-Presidente da European Social Action Network - ESAN aisbl, Bruxelas, Bélgica;

Foi Vereador da Câmara Municipal de Palmela e integrou a Direção da Sociedade Filarmónica União Agrícola (S.F.U.A.)

Guilherme José Abreu Bettencourt

Nascido em 1957 casado, com uma filha. Reside no concelho, na freguesia de Palmela.

Frequentou o 5.º ano de Engenharia Civil, no Instituto Superior Técnico.

No seu percurso profissional, foi Professor de Matemática de 1983 a 1996, nos seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Secundária n.º 1 de Torres Vedras; Escola Preparatória do Montijo; Escola C+S de Alhos Vedros; Escola Preparatória da Moita; Escola Preparatória de Palmela; Escola Secundária de Palmela; Escola Secundária n.º 1 do Montijo; Escola Secundária n.º 2 do Montijo.

Todo o seu percurso profissional confirma o seu empenho e dedicação às causas sociais:

Secretário da Direção do Centro Social de Palmela, de 1986 a 1989;

Presidente da Direção do Centro Social de Palmela, de 1989 a 1991;

Diretor de Serviços do Centro Social de Palmela, desde outubro de 1991;

Membro suplente (representante das IPSS) da CPCJ de Palmela, desde 1996;

Membro da Rede Europeia Anti Pobreza (REAPN), do Núcleo de Setúbal, de 1996 a 1998;

2.º Vogal do Conselho Fiscal da REAPN, de 1996 a 1998;

Vogal da Direção do Secretariado Distrital de Setúbal de 1996 a 1999;

Representante do Centro Social de Palmela no Projeto-piloto do RSI de Marateca e Poceirão, em 1997;

Comissão local de acompanhamento de Palmela do RSI, com início em 1997;

Vogal da Direção da Rede Europeia Anti pobreza (REAPN), de 1998 a 2000;

Coordenador do Núcleo de Lisboa da REAPN, de 1998 a 2000;

Membro do Conselho Regional representante da União das IPSS (PEDEPES) de 1998 a 2002;

Vogal da Direção da União das IPSS - Secretariado Distrital de Setúbal, de 1999 a 2001;

Instalação e coordenação do Núcleo de Setúbal da REAPN, de 2000 a 2005;

Presidente da Assembleia Geral da União Concelhia das IPSS de Palmela, em 2003;

Vice-Presidente da União Distrital das IPSS, de 2003 a 2006;

Representante da comunidade de Palmela, como membro do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Palmela e Quinta do Anjo, em 2008 e 2009;

Vice-Presidente da Direção da União Concelhia das IPSS, de 2008 a 2010;

Presidente da Direção do Centro Social de Palmela, desde 2 de dezembro de 2014;

2.º Secretário da Assembleia Geral da ADREPES, de 2015 a 2018.

Manuel António dos Santos Batista

Manuel António dos Santos Batista, nasceu a 04 de fevereiro de 1950 na freguesia da Marateca, no seio de uma família humilde. Foi para Lisboa com tenra idade, tendo trabalhado afincadamente para concretizar os seus sonhos. Atualmente, é o Presidente da União Social Sol Crescente da Marateca.

Na sua condição de estudante, desenvolveu várias atividades para pagar os seus estudos, foi empregado de bar na faculdade, deu aulas de português a estrangeiros, foi empregado num Hotel. Aluno brilhante, concluiu o ensino secundário em metade do tempo regulamentado e concluiu a licenciatura com nota excelente.

Licenciado em Medicina pela Universidade de Ciências Médicas de Lisboa e Especialista em Medicina Geral e Familiar, vários cursos pós graduados, nomeadamente ao nível da saúde materno infantil, toxicodependência, cardiologia e hipertensão, entre outros.

Com vários estudos publicados, como por exemplo:

“Estudo de um foco natural de doença em Águas de Moura – Os parasitas intestinais da população jovem” (publicado na Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas), em conjunto com dois colegas;

Estudo epidemiológico nacional sobre a “Prevalência da Doença Venosa dos Membros Inferiores” patrocinado pela Sociedade Portuguesa de Cirurgia Cardio-Torácica e Vascular da Ordem dos Médicos.

Trabalho realizado sobre Brucelose.

Participou em vários projetos, como foi o caso do Projeto “Médicos Sentinela” da D.G.S.

Fez tropa na Marinha Portuguesa, onde recebeu dois diplomas por ter sido o aluno mais qualificado nos anos 1972 e 1973.

Foi agraciado por Aprumo Militar, na cerimónia de Juramento de Bandeira, cujo relato foi notícia no jornal.

CULTURA

Luís Canguero, nasceu no concelho de Miranda do Douro, em 1942, e licenciou-se em Filologia Clássica pela Universidade de Coimbra. Em 1971, iniciou a sua atividade docente, que abandonou em 1980 para ingressar na vida empresarial.

Entre 1987 e 2016, organiza uma coleção de instrumentos de música mecânica, que hoje é composta por mais de 600 peças, que são testemunhos datados do século XVIII até à década de 40 do séc. XX.

Após diversas exposições realizadas, a primeira das quais na Igreja de Santiago do castelo de Palmela – em 2005 - com peças da coleção, Luís Canguero constatou o interesse de vários segmentos de públicos, de todas as idades, e alimentou o sonho de abrir um museu onde pudesse partilhar com a comunidade a sua coleção privada.

Em outubro de 2016, abriu o primeiro Museu de Música Mecânica, em Arraiados, na freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela. É um investimento privado, que tem um protocolo de colaboração com o município de Palmela, de modo a favorecer a frequência a diversos públicos locais. A inauguração, ao fim de 11 anos feitos de resiliência face à burocracia nacional, consumou-se ao mais alto nível: com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do Maestro António Vitorino de Almeida, já anteriormente autores de prefácios aos seus dois livros dedicados à temática da coleção.

O colecionador quis, ainda, criar um espaço contemporâneo para a exposição da coleção, e conseguiu-o através de um singular projeto arquitetónico – uma caixa de música - da autoria de Miguel Marcelino, que tem vindo a ser reconhecido em revistas da especialidade nacionais e estrangeiras.

Desde a abertura do Museu da Música Mecânica, Luís Canguero delicia o público, todos os sábados e domingos, com uma visita orientada que realiza com audição das peças ao vivo. Em fevereiro de 2017, foi distinguido como a Figura do Ano 2016 do distrito de Setúbal, pelo *Diário da Região*.

DESPORTO – PRÉMIO CARREIRA

Simone Fragoso, atleta paralímpica de Palmela, constitui um grande exemplo de grande coragem e determinação.

Simone Fragoso, é detentora de vários recordes nacionais e medalhas em campeonatos da Europa e do mundo.

A prática de natação surgiu em tenra idade, mas a inspiração para se tornar atleta de alta competição chegou com os Jogos Paralímpicos de 2004.

Em 2016 participou nos Jogos Paralímpicos pela terceira vez, que decorreram entre 7 e 18 de setembro na Classe S5, nas provas de 50 metros Livres, 50 metros Costas, 50 metros Mariposa e 200 metros Estilos, disputadas no Estádio Aquático Olímpico depois de 2008 e 2012, onde obteve um 10.º e um 7º lugares, respetivamente.

Apesar do sucesso e da dedicação plena à natação, esta é apenas uma das várias atividades que preenchem a vida de Simone Fragoso. Licenciada em Animação Sociocultural e em Educação Musical, frequenta o Mestrado em Educação Musical, disciplina que também leciona, e participa ativamente no movimento associativo local, integrando a banda da Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros".

Em 2013, a Câmara Municipal de Palmela, a Palmela Desporto, E.M. e a nadadora celebraram um protocolo de cooperação, relativo à utilização das piscinas municipais, no âmbito da sua preparação para a participação nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro. Simone Fragoso é a madrinha do programa municipal "Aprender a Nadar", motivando as crianças das escolas do 1.º ciclo do concelho de Palmela para a prática desportiva e para a integração, e foi, também, embaixadora dos Jogos do Futuro da Região de Setúbal 2016.

DESPORTO

André Rangel (Atletismo)

Atleta da Associação Académica Pinhalnovense, alcançou os seguintes resultados desportivos:

Época Desportiva 2016/2017

- Campeão Nacional no Salto com Vara (escalão juvenis), Campeonato Nacional de Juvenis em Pista Coberta, em Pombal, a 30 e 31 de janeiro de 2016;

Campeão Regional de Inverno Salto em Comprimento e Salto com Vara

Campeão Regional Triatlo Técnico

3º Lugar no Campeonato Nacional de Juvenis de Pista Coberta em Salto com Vara, Salto em Comprimento e 60 Barreiras;

Vice-Campeão Nacional Mega-Salto

Época Desportiva 2015/2016

Campeão Regional de Salto com Vara Juvenis

Campeão Regional de Salto com Vara Juniores

Vice-Campeão Regional de Salto com Vara absolutos

Campeão Distrital Olímpico Triplo Salto Juvenis

Vice-Campeão Distrital Olímpico Jovem de Salto em Comprimento Juvenis

Integrou a seleção distrital de Setúbal que obteve o 2º lugar no Nacional do Olímpico Jovem Nacional

Época 2014/2015

Campeão Regional de Iniciados (Campeonato)

Recorde Distrital Salto em Vara Iniciados

Campeão Nacional Mega - Salto

Atleta do ano 2015 Iniciado Associação de Atletismo de Setúbal

Integrou a seleção distrital de Setúbal que obteve o 2º lugar no Nacional Olímpico Jovem Nacional

André Viana e Daniela Marreiros (Dança Desportiva)

Este par de dançarinos do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz alcançou os seguintes resultados desportivos:

- Campeões Nacionais Dança Desportiva (Standard), Caldas da Rainha, 11 de março de 2017; (escalão Juniores 2 Open)
- Campeões Nacionais Dança Desportiva (Standard), Vagos, 5 de março de 2016; (escalão Juniores 2 Open)
- Vencedores do Circuito Nacional (Standard); (escalão Juniores 2 Open)
- Vencedores da Taça de Portugal (Standard); (escalão Juniores 2 Open)

António Branco (Atletismo)

O atleta, praticante desde a década de 70 do século passado, reside na Lagoa da Palha, freguesia de Pinhal Novo e integra o Núcleo de Atletismo do Penteado, tendo alcançado os seguintes resultados desportivos:

- Campeão Nacional nos 3000 metros Obstáculos, (escalão de Veteranos 50), Campeonato Nacional Masters, Lisboa, 9 e 10 de julho de 2016;
- 8.º lugar da classificação geral, entre 142 participantes, na 2.ª Léguas do Chão Duro, realizada a 16 de julho pelo Clube Desportivo Popular do Chão Duro, no âmbito do Troféu de Atletismo da Moita.
- 1.º classificado do escalão de veteranos masculinos 4, com o tempo de 18 minutos e 30 segundos.

Bernardo Pereira (Orientação)

O atleta da ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas alcançou os seguintes resultados desportivos:

- Campeão Nacional (escalão H20), Campeonato Nacional de Orientação Pedestre em Distância Média, Arraiolos, entre 10 e 12 de junho de 2016;
- Campeão Nacional Universitário, campeonatos nacionais, Braga, 10 e 11 de dezembro 2016.

Bruno Pessoa (Tiro)

O atleta alcançou os seguintes resultados desportivos:

- Campeão Nacional de Trap 4, Santo Isidro de Pegões, 2 de outubro;
- Vice-Campeão Europeu de tiro (TRAP5), (escalão juniores), no Campeonato da Europa de TRAP5, Granada, Espanha, 4 e 5 de junho de 2016.

Escola Secundária de Pinhal Novo (Orientação)

A Escola Secundária de Pinhal Novo tem conquistado vários títulos nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar na modalidade de Orientação nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar Aveiro, 28 e 29 de maio de 2016.

Destacam-se os títulos de Campeões Nacionais por Equipas, obtidos pelas equipas de iniciadas e de iniciados, e de Campeã Nacional, atribuído a Joana Branco.

Também em iniciados, Rodrigo Oliveira foi 2.º classificado, Manuel Oliveira 3.º, João Pedro Pinto 4.º, Tiago Lampreia 5.º e Diogo Lampreia 7.º. Nas damas, Márcia Félix conquistou o 4.º lugar, Maria do Mar Salgueiro ficou em 7.º, Daniela Holdych em 8.º e Marta Costinha em 19.º.

Nos juvenis, registam-se os terceiros lugares obtidos por Ricardo Esteves Ferreira e por Patrícia Romão.

O trabalho desenvolvido por atletas, docentes, treinadores e direção veio consolidar o posicionamento da escola e do concelho de Palmela, no âmbito desta modalidade, a nível regional e nacional.

Filipa Rodrigues (Orientação)

A atleta da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas - alcançou os seguintes resultados desportivos:

- Campeã Ibérica (escalão D20) – Campeonatos Ibéricos Femininos de Orientação, Aguiar da Beira, 23 e 24 de abril de 2016.
 - Campeã Nacional (escalão D20), Campeonato Nacional de Orientação Pedestre em Distância Média, Arraiolos, entre 10 e 12 de junho de 2016;
 - Campeã Nacional Universitário, campeonatos nacionais, Braga, 10 e 11 de dezembro 2016;
- Integrou, também, a seleção que representou Portugal no Campeonato do Mundo de Juniores de Orientação Pedestre de 2016 (*JWOC'2016*), realizado na Suíça.

Joana Branco (Orientação)

A atleta da Escola Secundária de Pinhal Novo alcançou os seguintes resultados desportivos:

- Campeã Nacional do Desporto Escolar (Iniciadas femininas), Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar Aveiro, nos dias 28 e 29 de maio.

João Mário Anjos e Ana Clara Correia (Dança Desportiva) (União Desportiva da Palhota)

Os atletas da União Desportiva da Palhota alcançaram os seguintes resultados desportivos:

- Campeões Nacionais Dança Desportiva (Standard), Caldas da Rainha, 11 de março de 2017; (escalação Seniores II Iniciados)

Leonor Medeiros (Golf)

A atleta da Quinta do Peru Golf & Country Club alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeã Nacional, (escalação sub 14), Campeonato Nacional de Jovens, Belas, julho de 2016;

Nuno Martins (Judo)

O atleta da Sociedade Filarmónica União Agrícola (SFUA) alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional na categoria -50 Kg, Campeonato Nacional de Juvenis, (escalação 13 e 14 anos), Odivelas, dia 11 de junho de 2016;

Paulo Gomes (Atletismo)

O atleta do Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho, residente em Pinhal Novo, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional nos 5000 metros, (escalação de Veteranos 35), Campeonato Nacional de Masters, Lisboa, 9 e 10 de julho de 2016;

Pedro Neves e Sofia Oliveira (Dança Desportiva)

Os atletas do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz alcançaram o seguinte resultado desportivo:

- Campeões Nacionais Dança Desportiva (Latinas), Vagos, 5 de março de 2016; (escalação Adultos Intermédios);

Ricardo Ferreira (Orientação)

O atleta da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional (escalação H18), Campeonato Nacional de Orientação Pedestre em Distância Média, Arraiolos, entre 10 e 12 de junho de 2016.

Rodrigo Balseiro e Lisa Jesus (Dança Desportiva) (União Desportiva da Palhota)

Os atletas da União Desportiva da Palhota alcançaram o seguinte resultado desportivo:

- Campeões Nacionais Dança Desportiva (Latinas), Caldas da Rainha, 11 de março de 2017. (escalação Adultos Intermédios)

Rui Narigueta (Duetlo)

O atleta, residente no Concelho de Palmela, do Outsystems Olímpico de Oeiras, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional de Duetlo Grupos de Idade (40-44 anos) (Duetlo da Amadora);
- Vencedor do Ranking de Duetlo Cross Masculino 2016, escalões Absolutos e Veteranos1;
- Campeão Nacional de Duetlo Grupos de Idade (40-44 anos), Cadaval, 5 de março 2017.

Sérgio Ferreira (Orientação)

O atleta, residente no Concelho de Palmela, do Clube de Natureza do Alvito, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional de *Sprint*, no escalão H40, Campeonatos Nacionais de Orientação, Palmela, 14 e 15 de maio de 2016.

Tiago Assunção (Atletismo)

O atleta, da Associação Académica Pinhalnovense, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional no Lançamento do Martelo (5kg), (escalão juvenil) Campeonato Nacional de Lançamentos Longos Sub-18, Leiria, 26 de fevereiro 2017.

Tiago Romão (Orientação)

O atleta do Clube Gafanhori de Arraiolos, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Campeão Nacional de Orientação, (escalão Elite masculinos) nas provas de Distância Longa e de *Sprint*, nos Campeonatos Nacionais de Orientação, Palmela, 14 e 15 de maio de 2016;

Jorge Miguel da Silva Caleira (Ornitologia)

O atleta, residente no Concelho de Palmela, alcançou o seguinte resultado desportivo:

- Conquistou três medalhas de ouro e uma medalha de bronze no 70.º Campeonato Nacional de Ornitologia, realizado em dezembro, em Santiago do Cacém.

ECONOMIA E COMÉRCIO TRADICIONAL

António Fernando Veríssimo Brinca

É proprietário, desde 1976, de um dos mais antigos estabelecimentos comerciais de Pinhal Novo, a Loja Brinca que comercializa tecidos, artigos de retrosaria e chapelaria.

É um dos comerciantes mais conhecidos da freguesia pela relação de proximidade que mantém com os clientes, adaptando a oferta às suas necessidades específicas.

António Pais Pereira, proprietário do restaurante Retiro Azul e do hotel Varanda Azul, na Vila de Palmela faleceu em 2016, com 77 anos de idade.

Natural da aldeia de Troviscais, no concelho de Pedrogão Grande, distrito de Leiria, veio ainda adolescente para Lisboa, onde deu início a um longo percurso dedicado ao mundo da hotelaria e da restauração.

Ocupava o lugar de chefe de sala quando o proprietário resolveu vender o estabelecimento, oportunidade aproveitada por António Pais Pereira para adquirir a casa.

Ao longo de quatro décadas de liderança, o seu cunho muito pessoal transformou o Retiro Azul no estabelecimento que todos conhecemos, dando continuidade ao legado mas atualizando aquela que continuou a ser uma das grandes referências gastronómicas do concelho e da região, local privilegiado de encontro para muitas gerações.

Nos anos 90, sempre com o objetivo de atrair visitantes a Palmela e de receber bem, nasceu, também, pelas suas mãos, a residencial Varanda Azul, uma oferta complementar ao serviço de restauração, que veio contribuir para a requalificação do Centro Histórico.

Reconhecido pelos modos afáveis com que sempre soube transformar clientes em amigos para a vida e pela liderança tranquila que imprimiu às suas equipas, abraçou Palmela como sua terra adotiva, envolvendo-se na vida da comunidade e apoiando causas e associações, tendo integrado a Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

Eugénio Vale e Sérgio Vale – Loja de Adelino Matos do Vale, Lda.

A Loja de Adelino Matos do Vale, Lda. existe desde 1960, é uma das mais antigas, senão a mais antiga da freguesia de Quinta do Anjo.

Foi um negócio iniciado por Adelino Matos do Vale, pai de Eugénio Vale e Sérgio Vale, e abriu inicialmente como uma loja de bicicletas, passando mais tarde a dedicar-se à venda de eletrodomésticos, lâmpadas e afins. Quando os filhos, há 30 anos, decidiram tomar conta do negócio, iniciaram a venda de produtos de droguaria e de rações, o que acontece até hoje.

Eugénio do Vale e Sérgio do Vale deram, assim continuidade à tradição familiar, pois o seu avô, Salvador Luís do Vale, já fora um conhecido comerciante de Quinta do Anjo.

Conhecida, carinhosamente, como a Loja dos Manos, é uma referência no comércio local da Quinta do Anjo.

Horácio Simões

Horácio Simões é o patriarca da Casa Agrícola Horácio Simões, na Quinta do Anjo, em Palmela que produz vinho por processos artesanais e tradicionais desde 1910, mantendo-se nas mãos da mesma família.

Fundada há mais de um século, por José Carvalho Simões, dedicou-se inicialmente ao comércio de vinho em barril. Em 2000 optou por começar a engarrafar os seus vinhos e modernizar o equipamento. As vinhas dão origem a dois vinhos regionais (tinto e branco) e dois moscatéis: o Moscatel de Setúbal e o Moscatel Roxo. Em 2003, surge o tinto DOC Palmela com o nome Val` dos Alhos. O empenho desta adega mereceu o reconhecimento dos seus vinhos, a nível nacional e internacional, como é o caso do Moscatel de Setúbal 2000 premiado diversas vezes. A loja Afinidades, espaço familiar e requintado, que comercializa produtos regionais é, um espaço de referência na freguesia de Quinta do Anjo e no concelho.

João Manuel Fonseca Porfírio nasceu a 17/12/1940, é proprietário da mercearia mas antiga de Águas de Moura atualmente com o nome "Meu Mercado" que funciona desde 1914, estando na mesma família há três gerações.

Em 1914, João José da Fonseca, enfermeiro de profissão, decide conjuntamente com a sua esposa Adriana Porfírio Fonseca abrir em Águas de Moura um café e mercearia. Espaço esse que permanece aberto até aos dias de hoje sito na atual Avenida da Liberdade nº43.

Pouco tempo depois da abertura da loja começaram a prestar outros serviços à população como o abastecimento de combustível, serviços de correio postal, serviços de enfermagem e serviços médicos.

Com a abertura deste estabelecimento, a população da região passou a contar com um apoio de proximidade nunca antes tido, pois esta família nunca deixou de atender ou ajudar seja quem quer que seja por falta de meios financeiros ou outros.

Já nos anos 40 o estabelecimento passou para a gerência da sua filha Maria Joaquina Fonseca Porfírio e marido Jacinto Ferro Porfírio.

Nesta altura passaram a prestar mais serviços à população de Águas de Moura como por exemplo o telefone público, o serviço de registo civil, o serviço de táxi, os serviços de correspondente bancário, entre muitos outros.

O estabelecimento sofreu uma remodelação nos anos 60 e passou a funcionar como café e a prestar apoio ao transporte rodoviário de passageiros, através do despacho de mercadorias por via do transporte rodoviário de passageiros.

No início dos anos 80 nova remodelação onde o espaço passou a ter café, mercearia e bazar, já sob a gerência dos atuais proprietários João Manuel Fonseca Porfírio e Maria Clarinda Alves Neves.

No final dos anos 80 decidiram terminar com o café e bazar e transformaram o espaço num minimercado.

Em 2013, data da última remodelação o espaço foi adaptado às novas necessidades e exigência dos consumidores atuais, tornando-se num espaço acolhedor, funcional, moderno, podendo assim concorrer com os hipermercados que entretanto se foram instalando na região.

No ano 2014, ano do seu centenário, este estabelecimento criou uma marca própria.

Maria Isilda Carvalho, nascida em 5 de maio de 1933, em Quinta do Anjo, é a matriarca da família Fernandes, proprietária do Restaurante Alcanena e do Restaurante Dona Isilda, dois espaços de restauração de prestígio do Concelho de Palmela, referenciados a nível nacional.

O primeiro alvará que autoriza o funcionamento de uma “Taverna” no lugar onde hoje está instalado o Restaurante Alcanena data de 1929.

Com o auxílio dos seus filhos, Joaquim Fernandes e Luís Fernandes, Maria Isilda Carvalho comandou durante muitos anos a equipa que transformou a antiga taberna no restaurante Alcanena onde a variedade e qualidade gastronómica se aliam à qualidade do serviço, encarregando-se pessoalmente de pormenores da maior importância como a escolha de ingredientes, a compra do peixe fresco, a supervisão da confeção e serviço.

Atenta às tradições da região, D. Isilda sempre habituou os clientes a uma variedade de ofertas desde as entradas à ementa rica em pratos da gastronomia tradicional, não só da região, mas também de outros pontos do país.

Aberto ao público em 1 de maio de 2009, o Restaurante Dona Isilda é um projeto de maiores dimensões, na linha do anterior que conseguiu manter a qualidade gastronómica e de serviço e que assume, numa merecida homenagem prestada pela família, o nome da matriarca.

Restaurante Pérola da Serra

O Restaurante “Pérola da Serra” comemorou em 2015, o seu quinquagésimo aniversário, assumindo-se como uma referência gastronómica da região de Palmela. Ao longo deste meio século de funcionamento, destacou-se pela confeção de especialidades gastronómicas com base em produtos regionais e num serviço de tradição familiar, em ambiente caseir

Sob gestão da família Rodrigues desde 1964, o estabelecimento começou por ser uma mercearia e um café, pelo que, ainda hoje, é conhecido pelas gentes de Palmela como o “Café da Serra”. A 10 de janeiro de 1965, a nova geração introduziu os serviços de restauração, através dos petiscos, dos almoços e, posteriormente, dos jantares.

No âmbito do programa de promoção gastronómica “Palmela – Experiências com Sabor!”, o “Pérola da Serra” participou, em outubro de 2011, no Concurso de Gastronomia de Palmela, recebendo a única “Menção Honrosa” do referido concurso, com base em critérios como a integração na gastronomia local, a carta de vinhos e o serviço de vinhos.

Os proprietários e funcionários do restaurante “Pérola da Serra” continuam a contribuir para a divulgação da gastronomia regional e do nome de Palmela junto dos seus clientes e amigos com a qualidade que lhe é reconhecida.

Loja do Jaime, em Cabanas

É uma das mais antigas lojas do Concelho de Palmela, localizada em Cabanas.

Fundada por Francisco Marques Oliveira, presume-se na década de 20 do séc. XX, esta loja foi sempre propriedade da família, tendo após a morte do fundador passado para a administração do seu filho, o atual proprietário, Jaime Gomes Oliveira, atualmente com 90 anos de idade.

Situada na principal artéria da localidade de Cabanas, esta loja adaptou a sua oferta aos novos tempos.

Para além de comercializar cimento, palha, cereais e rações, adubos e loiça de barro, chegou a ter adega e padaria.

Houve tempos em que os cereais, milho e trigo eram transformados no moinho mecânico dos proprietários para posterior revenda como farinha ou ração para animais.

Foi e é ponto de encontro, local de troca de notícias e primeira banca de jornais, atualmente ainda mantém as valências de loja de ferragens e mercearia aliadas a um espaço de pequena taberna e a um antigo posto móvel de gasolina de mistura.

O atual proprietário dá o nome e a vida deste espaço tendo nascido, crescido e vivido, desde sempre, neste espaço que por todos é conhecido e reconhecido em Cabanas e na freguesia de Quinta do Anjo.

TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BioVilla, Sustentabilidade

O projeto Biovilla encontra-se instalado em pleno Parque Natural da Serra da Arrábida e desenvolve um projeto na área da sustentabilidade, assente nos seguintes pilares:

Alimentação Biológica: produção, distribuição e comercialização de produtos biológicos;

Formação e Educação para a Sustentabilidade; criação de sessões de formação na área da sustentabilidade com intuito de formar e educar para a sustentabilidade; dar acesso à informação para que a sustentabilidade possa acontecer no dia-a-dia dos Portugueses.

Para além disso disponibiliza um alojamento de Turismo de Natureza sustentável aliado à informação dos visitantes na área da bio construção/ eficiência de recursos energéticos que visa também a integração das comunidades locais e criação de postos de trabalho.»

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2017 numerada GAP 05_10-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que irá pedir escusa de votação. Não quer tirar, nem de perto nem de longe, o mérito de quem tem este justo reconhecimento, apenas chama a atenção que era bom que ao longo do mandato, este tipo de reconhecimento fosse distribuído de melhor forma. De facto em 2017, estão a atribuir mais medalhas de mérito do que nos últimos 3 anos juntos. É uma questão de estender mais o trabalho, há aqui propostas que podem ser estendidas. Repete que não está a retirar o mérito de quem, votará favoravelmente.

Faz votos que tenham sempre 41 pessoas para distinguir, é sinal de que estão num território onde existem cidadãos de mérito. Pede escusa da votação, uma vez que o pai é um dos homenageados.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que acompanha a votação. O representante da bancada, na comissão, fez também algumas propostas que vinham de outros anos e que, efetivamente, só agora foi possível que elas fossem apresentadas. Concorde que todas elas mereçam natural apreço e ainda por cima, apoio pela medalha que é atribuída. Agora não há dúvida que regista factualmente, sem quaisquer segundas intenções, que este ano o número de homenageados é superior ao conjunto dos 3 anos anteriores a este mandato. Está certo que é uma coincidência, mas há muitas destas pessoas que há muitos anos que já trabalham em prol do concelho e em prol da comunidade e portanto, eventualmente teriam merecido em anos anteriores. Ainda assim, o importante é que a Câmara e as forças políticas que constituem a autarquia de Palmela, na pluralidade do seu pensamento, reconhecem que estas pessoas merecem o reconhecimento e a homenagem que o município está a fazer e é nisso que se devem concentrar. Refere que vai votar a favor.

O **Sr. Presidente** remete esta questão para a comissão especializada da Assembleia, porque as propostas foram feitas por diversas bancadas, mas refere que poderá ser uma coincidência ou talvez não, pode ser uma desatenção que resulta do facto de, se calhar, não terem percebido os critérios das atribuições do mérito desportivo, que foram aqueles que tiveram maior número de propostas e estão a ser distinguidos. Foram alguns excluídos porque se optou por quem obteve títulos nacionais antes de junho do ano passado, porque já tinham atribuído até esse período. No último ano, felizmente, tiveram um conjunto muito significativo de campeões nacionais em diversas modalidades, algo que não acontece todos os anos, os nossos atletas também não são campeões nacionais todos os anos, e chama a atenção para este grupo, porque é o mais significativo, de resto considera que não há aqui nenhuma outra inferência que se possa retirar destes números, que são reais, houve, de facto, um aumento.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Pedro Taleço.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito – Associativismo e Cidadania.

PROPOSTA N.º GAP 06_10-17:

«A atribuição da Medalha Municipal de Mérito constitui um reconhecimento público aos cidadãos que, pela sua cidadania e altruísmo, criatividade, esforço e valor artístico, inovação e trabalho contribuem para o desenvolvimento da comunidade. São pessoas e instituições em que nos revemos e cujo valor e exemplo são uma referência.

O Município de Palmela pretende homenagear, este ano, uma personalidade que se destaca pela sua atividade profissional, pela sua participação no movimento associativo e pelos projetos que desenvolveu em áreas distintas, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da freguesia de Pinhal Novo e do Concelho de Palmela.

A Comissão Municipal de Condecorações, reunida a 18 de abril de 2017, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, a submeter a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Assim, **propõe-se:**

Ao abrigo do disposto no Artigo 11º, nº 1 do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito – Associativismo e Cidadania à seguinte personalidade:

ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Álvaro Amaro

Álvaro Amaro, 80 anos, é proprietário da Barbearia Central, em Pinhal Novo, desde os 23 anos, mas iniciou, aos 12, a sua profissão neste estabelecimento, um dos mais antigos da vila, ainda em atividade.

Ativista associativo, foi dirigente do Clube Desportivo Pinhalnovense, da SFUA e da Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Cultura e Desenvolvimento Local, músico (acordeonista), compositor e cantor, ator de teatro de revista, Álvaro Amaro é, entre outras composições, autor do hino do Clube Desportivo Pinhalnovense, das 16 Marchas das Festas Populares de Pinhal Novo, de Marchas dos Santos Populares, intérprete de fado, fado de Coimbra e fado canção.

Integrou os grupos de baile Rex, Pérola Azul, e Terno D'Ouros, grupo de enorme projeção com discografia: Caldeirada à Portuguesa; Marcha do Vitória de Setúbal; Vira de Sesimbra;

Fez parte do Grupo Coral da Pluricoop e do Grupo Cénico da Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo (SFUA).

Continua, ainda hoje, a exercer a sua profissão de barbeiro e a dedicar boa parte do seu tempo ao associativismo de Pinhal Novo.»

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Mérito – Associativismo e Cidadania numerada GAP 06_10-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que faltava referir que também fez umas revistas, mas votarão favoravelmente.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que fez teatro de revista. Este currículo, como outros, poderão não estar muito completos, porque por um lado às vezes quando são muito grandes também fica disperso, por outro lado, para ter um certo equilíbrio, é preferível pecar neste sentido, do que estar a fazer alguns floreios, até porque se trata do pai do Sr. Presidente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Presidente.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_10-17:

«A promoção e apoio ao desenvolvimento do desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva para os munícipes, com qualidade, são atribuições das autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

No âmbito da política da Câmara Municipal, para a gestão dos seus equipamentos desportivos, tem sido concretizada uma política de programas com fins educativos, desportivos e sociais, de modo a possibilitar a um maior número de pessoas e de instituições educativas, desportivas e sociais, em especial às que se situam no território do concelho, a utilização dos quatro equipamentos desportivos municipais sob gestão da Palmela Desporto, E.M. – Piscinas de Palmela e Pinhal Novo, Campo de Jogos de Palmela e Pavilhão Desportivo de Pinhal Novo – e, consequentemente, aumentar o número de praticantes desportivos e de exercício e elevar o nível desportivo no concelho.

Estas funções sociais cometidas à Palmela Desporto têm, como consequência, alguns custos que justificam a comparticipação financeira do Município a título de indemnização compensatória (ou subsídio à exploração).

A primeira experiência de funcionamento desta parceria por duas épocas desportivas, que vigorou desde setembro de 2015 e terminará em agosto de 2017, mereceu avaliação positiva de ambas as partes. Desta forma, para que a Palmela Desporto possa planificar melhor a sua intervenção e corresponder ao que a autarquia e a comunidade esperam dela, propõe-se estabelecer para as duas próximas épocas desportivas esta colaboração.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a celebração do Contrato-programa, à deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e pelos fundamentos constantes da presente proposta e minuta de contrato anexa.»

Sobre a proposta de Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M. numerada DCDJ 01_10-17:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que irão manter a mesma posição que têm em relação ao que é o plano e o relatório de contas da Palmela Desporto. Este contrato-programa, de facto, justifica o subsídio a título de indemnização ou compensação pela utilização para um fim,

para um conjunto de fins sociais, mas o que parece natural numa empresa municipal, é que este valor em função de um melhor desempenho da empresa seja atenuado. Aliás o que compaginava com uma empresa municipal é, que ela não tendo orientação para o lucro, porque é municipal, conseguisse dentro do que gere, pagar todas estas questões do “Aprender a nadar”, da utilização das associações, etc.

O problema não é da gestão, a gestão estica o que tem de esticar, mas sim da sustentabilidade que a própria rede não consegue dar a este formato de empresa municipal, pelas características dos equipamentos, pelo número dos equipamentos e pelas muitas funções que têm de ser, que não são venda de serviços. Portanto, há aqui um desajustar entre o que é a capacidade instalada, a expectativa que se pode criar dos resultados que gera e esta necessidade que existe de equilibrar empresa com estes 600.000,00€. Parece até que este valor, que esteve sempre a subir até chegar aos 600.000,00€, é quase um valor máximo legal, não é motorizado por participante e devia ser. Saber quantos meninos fazem o “Aprender a nadar”, se há mais meninos, justifica de uma maneira, se há menos meninos, a compensação seria outra. Quantas horas de utilização correspondem à utilização das 23 associações que usam o campo de jogos? Não foram as mesmas todos anos, portanto, isto tem um custo de utilização hora. É de facto, o que falta aqui e este valor terá que ser flutuante, este valor não pode ser um amparo ao equilíbrio de contas da Palmela Desporto todos os anos. Se é compensatório, se há necessidade de compensar sempre o mesmo? Ou as condições são muito estáveis e não há variação nenhuma, que não é o caso, ou então devia haver aqui uma flutuação que se fosse avaliando, à semelhança de outros indicadores e seria mais ou menos compensado em função dos resultados, nunca pondo em causa a função destes projetos de cariz social e de acesso à população. Mas, a justificação para indexar compensações a funções extra tem que ser uma monitorização melhor das funções extra ao utilizador, que é assim que a Palmela Desporto tem os seus objetivos estabelecidos noutras áreas, ao utilizador e às horas de utilização de cada um dos equipamentos para estas funções. Falta indexar e tornar causal o impacto deste número no que se está a compensar, em vez de se estar a fixar agora já por 4 anos, há 4 anos, os 600.000,00€, que realmente equilibrou a empresa.

Abster-se-ão porque isto remete para as mesmas dúvidas que têm e para a necessidade de perceber quanto é que custam os mesmos serviços numa estrutura municipal que estão a ser, neste momento, executados por uma empresa municipal e se justifica ou não.

Enquanto não houver este valor por utente, por hora e por utilização vai ser difícil depois fazer estas contas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que esta questão tem sido recorrente quando são avaliadas, nomeadamente as prestações de contas e os planos de atividades. Efetivamente antes de avaliar um contrato-programa para o próximo biénio, seria importante perceber como é que foi o cumprimento dos objetivos. Há uma noção desse cumprimento também pelas

contas que aqui são aprovadas, mas relembra que esta época de 2016-2017 ainda não está terminada, como é normal e ainda têm 4 a 5 meses de verificação e que uma parte importante do contrato-programa ainda está em vigor. Portanto, acima de tudo, antes de assinar um novo contrato-programa, convinha avaliar o cumprimento do contrato-programa que passou, projetar (porque ainda não têm forma de fazer a avaliação final, uma vez que o contrato ainda está em vigor e terminará mais adiante) com aquilo que é a média, para verificar o que falhou, o que correu melhor, o que poderá correr melhor, aquilo que deve ser mantido, em termos de cumprimento, para não dar aquela sensação de que se fixaram nos 600.000,00. Até para perceber se a solução desenhada, do ponto de vista jurídico da empresa municipal será ou não, suficiente e a única medida ajustada. Ou se, nesta matéria, e sendo Palmela um concelho central na península, se não seria de equacionar, num quadro de uma relação de serviços partilhados com outros municípios vizinhos, o alargamento até de uma empresa desta natureza a outros municípios, no que toca ao desporto, mais em concreto. Portanto, acha que merecia aqui uma maior reflexão e justificação, pelo que irá abster-se, por força também da informação que aqui é prestada.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que foi assumido, com alguma prudência, a definição dos objetivos sectoriais pela Palmela Desporto. Mas também com ambição, com a convicção de que é possível ir mais longe, criar novas dinâmicas. E naturalmente, os objetivos sectoriais que vêm aqui plasmados em anexo ao contrato-programa são o ponto de partida. Como disse e bem o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, só no fim é que poderão ter indicadores mais claros e mais precisos relativamente a todos estes números que hoje têm, mas que poderão ter uma evolução no fim desta época desportiva que está em curso e admite, que no seguimento dessa monitorização e dessa avaliação que será feita poderá, inclusivamente, haver uma adenda que fixe objetivos ainda mais ambiciosos. Sublinha, a este propósito, que há um trabalho que está a ser desenvolvido pelo município em parceria com Conselho de Gestão da Palmela Desporto, cujo Presidente foi nomeado há muito pouco tempo e que passa pela avaliação de todos os programas que estão, neste momento, em curso. Mais adiante até, há o objetivo de, para além da reformulação de alguns programas que poderão e naturalmente deverão acontecer, não está colocada de parte, aliás o próprio contrato-programa refere isso mesmo a definição e a concretização de outros projetos que permitam alavancar a sustentabilidade da própria empresa. Hoje têm o valor de ponto de partida de 1.200.000,00 e, em função dos investimentos que serão feitos por via de candidaturas a fundos comunitários, irão gerar poupanças na empresa, em função de dinâmicas já renovadas que irão acontecer e nas quais estão profundamente empenhados em trabalhar em parceria. Este valor que é proposto como comparticipação poderá ser alterado no futuro e, portanto, isso dependerá naturalmente da monitorização que for feita e dos resultados da empresa.

Adianta que houve, comparativamente ao período, homólogo do ano anterior, nestes primeiros 3 meses, uma evolução muito positiva relativamente a resultados financeiros da empresa.

O **Sr. Presidente** refere que as posições das bancadas estão definidas acerca desta empresa. Todos deveriam observar melhor a realidade das empresas municipais, o que é que está subjacente, embora algumas tenham objetos diferentes e era sobretudo o último que fosse alterada a legislação sobre esta matéria. O Partido Socialista ainda não teve a coragem de alterar aquilo que o anterior Governo fez, para dar um bocadinho de mais autonomia às empresas.

Têm de perceber também, que estas empresas prestam serviços, mas gerem equipamentos municipais e que gerir e conservar equipamentos municipais tem custos, pelo que não se pode medir os serviços apenas por aquilo que é vendido e não é vendido.

Depois também há aqui uma utilização menos correta dos números e deste valor. Recorda ao Sr. Vereador Pedro Taleço que, no passado, a Palmela Desporto, na prática, recebia muito mais da câmara e hoje está incorporado no subsídio à exploração, as centenas de milhares de euros de utilização de equipamentos desportivos por parte do movimento associativo do concelho. Portanto, está aqui em números, em quantidade de desportistas, porque os indicadores foram aprovados em número de quantidade de desportistas, número de equipas, é um exercício que o Sr. Vereador que acompanha a empresa, pode no futuro dar-lhe nota de alguns números para perceber que, efetivamente, a empresa está de facto a investir largos milhares de euros na prática desportiva das associações, como lhe compete, porque é uma empresa municipal e que há, de facto, custos substanciais que não são apenas o custo da prestação, é o custo da conservação dos edifícios. Há aqui um conjunto de fatores que não devem inviabilizar a análise. Ainda assim, terão a oportunidade de voltar a esta matéria, mas se calhar alguns números e alguns indicadores que estariam em falta, até podem estar na prestação de contas, se calhar teria sido o momento certo, também foi há pouco tempo, para se fazer um pouco esta análise. São números reveladores até num sentido inverso e bastante positivos quando a generalidade das empresas municipais não estão a conseguir cumprir determinados rácios e indicadores de natureza financeira, a Palmela Desporto, felizmente, é ao contrário, mas ainda assim, não é algo que possa dispensar este subsídio à exploração que é de todo justo para o trabalho que é realizado. A visão da autarquia sobre estas matérias não é o lucro, mas sim o efeito social que tem a utilização destes equipamentos e os benefícios que a população e todos os utilizadores daí podem retirar. Ninguém fala, por exemplo, de uma equipa de natação de competição da Palmela Desporto que, se for criada como associação à parte e vier pedir subsídios à Câmara, pelo nível competitivo que tem e pelos requisitos que tem aquela prática, se a Câmara, por exemplo, pagar as horas de utilização da equipa de competição da Palmela Desporto também tem um custo social.

Refere que está a dar nota de uma atividade que não está sequer a ser valorizada e que devia ser, porque, de facto, a natação e a competição na natação têm uma despesa que é suportada pela Palmela Desporto e é um benefício aos atletas e jovens do concelho, porque não se anda a

aprender natação para depois se deixar de praticar. A câmara está a investir na formação destes atletas para depois deixá-los ir competir para clubes profissionais, questiona.

Hoje, a formação nesta área tem de ter continuidade e a formação contínua na prática competitiva. Levar os atletas a competição, comprar carrinhas para os deslocar. Os atletas de competição pagam e participam. Há aqui um outro alcance e ainda não foi feita essa análise que é a natureza social que a empresa representa, para se perceber a sua importância.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que percebe que a resposta do Sr. Presidente tenha de lançar 3 a 4 nuvens de fumo, para condensar a objetividade da intervenção. Reitera que pretende saber se há um custo por participante ou não, porque se há um custo por participante, todas as questões que o Sr. Presidente está a colocar, têm de estar incorporadas, inclusive a parte indexada às instalações, decorrente do uso desse utilizador. Nas contas não há nenhum custo por utilizadores. Compagina a resposta que lhe foi dada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha quando refere que está na diferença de posições, mas ao mesmo tempo que não pode admitir que infiram sobre a razoabilidade da posição que a sua bancada defende.

E esta necessidade de competição em determinada modalidade é completamente incompreensível, porque o número não tem impacto para as contas e, portanto, a justificar alguma coisa é ínfimo neste investimento e é incompreensível, porque o Sr. Presidente infere por um discurso em relação à necessidade de apostar na formação e competirem e da mesma forma poderia inferir sobre a necessidade de profissionalização, porque os meninos já não são tão meninos, têm jeito para a natação e a seguir podem ser profissionais e seria a função também, seguindo o mesmo raciocínio de não poderem parar, e criavam uma equipa de competição em que os atletas, sendo profissionais, obviamente seriam pagos e aí poderiam ir para outro aspeto interessante: para os patrocínios, para os promotores.

O que está a referir não se compadece e está relacionado com a gestão, de quem mete as candidaturas e as percentagens às candidaturas. A Palmela Desporto tem as contas demasiado apertadas, teve resultados líquidos positivos, felizmente agora, mas não sabe se chega ali curtas dezenas e de milhares de euros.

Isto é o motivo da abstenção, não tem de ver com uma questão de dizer que atletas não são bons, que não têm potencial para competição, que não devem fazer competição, que as respostas sociais não estão incorporadas no Palmela Desporto.

A dúvida é dentro do que vê dos números e dificuldades (e os investimento e candidaturas não seriam dificuldade numa estrutura municipal), é difícil melhorar resultados sem investir, porque tem tudo a ver com eficiência, uma parte pesada das despesas da Palmela Desporto tem de ver com os consumos energéticos e, portanto, tudo isto é a mesma conversa, é o mesmo equilíbrio e esta impossibilidade, que é legislativa, que não permite às autarquias entrar mais fundo (houve muito abuso em relação ao que são as empresas municipais).

Não infere, no sentido destrutivo, sobre o modelo que a maioria decide, é bom mas poderiam comparar com outro modelo. Até podem partir dos mesmos objetivos, dos mesmos objetos, das mesmas realizações, das mesmas equipas, do mesmo público e depois aplicar um e outro modelo e avaliar resultados. Acha que o primeiro que faria a diferença fundamental é que permitiria à autarquia desde já, incorporar uma série de investimentos. Essa seria importante para reduzir os custos da empresa, o segundo é que duas estruturas custam mais dinheiro do que uma.

Esta questão, não é de afastamento, não são críticas em relação aos desportistas, às modalidades abordadas, nada disso; é manter o mesmo serviço e estudar os 2 modelos de gestão. É um exercício que devia estar feito.

O **Sr. Presidente** refere que a melhor forma de combater um mau argumento é deixá-lo continuar. O que efetivamente desafiou o Sr. Vereador a fazer foi refletir um pouco sobre outros parâmetros que continuam a faltar na sua análise sobre este modelo de funcionamento da Palmela Desporto.

Quanto às candidaturas, quanto aos investimentos, são equipamentos municipais e a Câmara tem modelos para as candidaturas como teve até com outras entidades que são associações autónomas. A Câmara também tem projetos para o concelho que passam pela Palmela Desporto. A Palmela Desporto vai ter outra dinâmica, que já está a ter e vai inclusivamente gerir outros equipamentos que vão existir no concelho, porque a empresa tem essa missão e fá-lo com outra flexibilidade e outra articulação que o município certamente não teria condições de agilidade, até porque está sujeito a outros regimes, a angariação de publicidade, venda de serviços, é completamente diferente e, portanto, há claras vantagens.

O objeto continua válido como em tudo na vida tem de ter upgrades, afinações e vale a pena refletir sob o valor de determinadas atividades não estando aqui objetivadas, ainda assim, esclarece que são 984 alunos em média por ano. Isto tem, como é óbvio, um custo que está incorporado no subsídio à exploração para o desporto.

Deu o exemplo da chamada natação de competição, que volta a referir, que é paga pelos/as alunos/as e que é comparticipada pelos alunos/as, mas, de facto, levam a Palmela Desporto a ter também aqui uma outra componente social. Quem compete não é profissional, gosta de uma modalidade. As pessoas não vão à piscina apenas para aprender a nadar, apenas para manter a forma física; se há pessoas que têm um nível de desempenho bom, vão praticar no seu concelho. É um exemplo que também fundamenta o investimento que a autarquia faz na Palmela Desporto.

Convida a terem algum bom senso na análise sobre outros aspetos que continuamente são desprezados e que não devem ser. É imperioso avançar com este modelo, que é um modelo que até teve uma atualização neste mandato e tratando-se do contrato bienal, está na altura de ser renovado. Depois haverá oportunidade de avaliar aquilo que aí vem e os planos que já

estão no terreno e que vão certamente acrescentar mais valor ao trabalho já desenvolvido pela empresa também na promoção desportiva e até em algumas iniciativas no concelho.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Maria Justino e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e quinze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco